

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 59ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	P/P Denis H. da Silva
		Bruno Franco de Souza	Suplente	Justificado	
02	Sec. da Fazenda e Planejamento	<i>Aguardando Indicação</i>		Titular	
				Titular	
	CETESB	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Ausente	
		Adriana Salvaia Guimarães Alves	Suplente	Presente	
03	Sec. de Desenvolvimento Econômico	Caroline Nais	Titular	Presente	
		Sueli Aparecida Rodrigues Cavalheiro	Titular	Ausente	
	Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Suplente	Presente	
		Marcos César Prado	Suplente	Presente	
04	SAA/SP	Henrique Bellinasso	Titular	Presente	
		Denis Herisson da Silva	Titular	Presente	
	Fundação Florestal	Antônio Álvaro Buso Júnior	Suplente	Ausente	
		Cleide de Oliveira	Suplente	Ausente	
05	SP Águas	Felipe Gobet de Aguiar	Titular	Justificado	
		Sarah Janaina Menuzzo Quental	Suplente	Presente	
06	Instituto Mineiro de Agropecuária	Mariana Cristina Souza Santos	Titular	Ausente	
	Instituto Estadual de Florestas	Raquel Junqueira Costa	Suplente	Ausente	
07	P.M. de Campinas	Dario Jorge Giolo Saadi	Titular	Ausente	
		Manuelito Pereira Magalhães Junior	Titular	Ausente	
	P.M. de Mogi Mirim	Paulo de Oliveira e Silva	Suplente	Ausente	
		Neiroberto Silva	Suplente	Presente	
08	P.M. de Jundiaí	Gustavo Martinelli	Titular	Presente	P/P Nádia Zacharczuk
		Luiz Roberto Del Gelmo	Titular	Ausente	
	P.M. de Valinhos	Franklin Duarte de Lima	Suplente	Ausente	
		Luiz Mayr Neto	Suplente	Ausente	
09	P.M. de Limeira	Murilo Berbet Avigo Félix	Titular	Ausente	
		Antonieta Mugnaini Polatto	Titular	Ausente	
	P.M. de Holambra	Fernando Henrique Capato	Suplente	Ausente	
		Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Ausente	
10	P.M. de Sumaré	Henrique Stein Sciascio	Titular	Ausente	
		Benjamim Bill Vieira de Souza	Titular	Ausente	
	P.M. de Itupeva	Rogério Cavalin	Suplente	Ausente	
		Jaqueline Salvador Leite	Suplente	Presente	
11	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Rafael Piovezan	Titular	Presente	P/P Laerson A. Júnior
		Laerson Andia Júnior	Titular	Presente	
	P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva	Suplente	Ausente	
		Carlos Eduardo de Souza Mendes	Suplente	Ausente	
12	P.M. de Camanducaia	Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
		Giovanna Caldeira de Souza	Titular	Presente	
	P.M. de Sapucaí-Mirim	Geovane Rodolfo Pereira Diógenes	Suplente	Ausente	
		Clébia Fátima de Oliveira	Suplente	Ausente	
13	FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Justificado	
	UNICA	André Elia Neto	Suplente	Justificado	
14	CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti	Titular	Presente	
	CIESP – DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Suplente	Justificado	
15	ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão	Titular	Presente	
	SABESP	Dário Júlio Silveira Peçanha	Suplente	Presente	
16	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Titular	Presente	
		Martim de França Silveira Ribeiro	Suplente	Ausente	
17	AFOCAPI	José Rodolfo Penatti	Titular	Presente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJI)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 59ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Suplente	Presente	
18	FIEMG	Mylena Nascimento R. de Oliveira	Titular	Presente	
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Ausente	
19	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
	AEAP	Maurício Magossi	Suplente	Presente	
20	Rotary International – D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	Rotary International – D4621	Rosani Franco de Faria Novaes	Suplente	Presente	
21	AEAS	Paulo Takeyama	Titular	Presente	
	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Suplente	Presente	
22	AAP	João José Assumpção de Abreu Demarchi	Titular	Presente	
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Suplente	Presente	
23	IPSA-C	Rodrigo Hajjar Francisco	Titular	Presente	
	APASB	Rainer Fábio de Farias Tavares	Suplente	Presente	
24	Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena	Titular	Ausente	
	CRBio-4ª Região	Maurício Djalles Costa	Suplente	Justificado	

Membros sem direito a voto				
Representação	Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	SABESP	Mariza Fernanda da Silva	Coordenadora	Ausente
	SP Águas	Deborah do Valle Nuvens Lunardi	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
	APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio	Coordenadora-adjunta	Ausente
	INEVAT	Francisco Antônio Moschini	Convidado	Ausente
CT-ID	USP	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Justificado
	AAP	Duarcides Ferreira Mariosa	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Justificado
	CIESP-DR Campinas	Vlami Mitsuo Kanashiro	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Coordenador	Ausente
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	ASSEMAE	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Presente
CT-OL	SP Águas	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Ausente
	SP Águas	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	ASSEMAE	Gustavo Arthur Michelin Prado	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-RN	AAP	João José A. de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Presente
	SAA/SP	Melissa Pin Lucheti Sampaio	Coordenador-adjunto	Presente
CT-SA	P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Patrícia Regina Ferreira Calegari	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane M. Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Ausente
	FT/UNICAMP	Cassiana M. Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Justificado

Demais presentes	
Entidade	Representante
P.M. de Piracicaba	Tiago de Mattos Seydell
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sérgio Razera
	Ivens de Oliveira
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato
	Raquel Curtolo Quirino
	Gabriel Sobreira
	Priscila Ávila
	Daniel Ramos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 59ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

	Kaique Duarte Barretto
	Felipe Requena
	Camila Costa de Souza
	Bruna Petrini
	João Macewicius
	Diogo Pedrozo
	Mariane Rodrigues Amuy
	Eduardo Léo
AAP	Genaro S. Lago
SANASA	Tarciani Benedita Baia Santos
	Luis Assis
SEMAE	Gilberto Tavares da Silva
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
FIEMG	José Evaldo Coelho
ABES	Ricardo Tierno
SAAE Capivari	Lucas Aguiar Angelieri
	Guilherme Rego
	Rafael Carvalho
	Henrique Quagliato

Abertura e pauta. A convocação da 59ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de Planejamento foi enviada aos membros por meio de mensagem eletrônica em 08/05/2025. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP (SAA/SP) e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Marco Antônio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que desejou uma excelente e profícua reunião a todos. Na sequência, o Sr. Denis solicitou a exibição da pauta, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **2. Posse dos membros da CT-PL para o biênio 2025-2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a nova composição da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) decorre da formação dos plenários dos Comitês PCJ, conforme estabelecido pela Deliberação Comitês PCJ nº 501/2025, aprovada na 33ª Reunião Ordinária, que definiu e empossou os novos membros para o mandato 2025-2027. Na sequência, a Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, Coordenadora da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, apresentou aos presentes a nova composição da CT-PL para o referido mandato. O Sr. Denis ressaltou que a CT-PL é a única câmara técnica dos Comitês PCJ que admite a apresentação de procurações para representação de membros ausentes, e destacou ainda que os coordenadores das demais câmaras técnicas e os membros da Diretoria Colegiada dos Comitês PCJ possuem direito a voz nas reuniões da CT-PL. O Sr. Luiz

Alberto Buschinelli Carneiro, representante da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, questionou a suplência da sua entidade em relação à titularidade atribuída à Secretaria da Fazenda e Planejamento. Em resposta, a Sra. Vanessa esclareceu que determinadas vagas da CT-PL devem, obrigatoriamente, ser ocupadas por secretarias específicas do Governo do Estado de São Paulo, conforme previsto na Lei nº 10.020/98, uma vez que essas vagas integram os conselhos fiscal e deliberativo da Fundação Agência das Bacias PCJ. Encerradas as manifestações, o Sr. Denis procedeu com a formalização da posse dos membros, parabenizando-os e desejando a todos um mandato produtivo e de pleno êxito em suas atribuições. Em seguida, solicitou uma salva de palmas em reconhecimento aos empossados. **3. Aprovação da ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida em 07/03/2025, por videoconferência.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 96ª Reunião Ordinária da CT-PL, ocorrida em 07/03/2025, por videoconferência. A leitura foi dispensada, por unanimidade, e o Sr. Denis abriu a manifestação sobre o conteúdo. Não havendo, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **4. Constituição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão (GACG PCJ).** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA) do Estado de São Paulo e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, realizou uma breve contextualização sobre a proposta de recomposição do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão, exigência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), em razão do contrato que delega à Fundação Agência das Bacias PCJ o papel de entidade delegatária. A necessidade de recomposição decorre da recente eleição e posse dos novos membros para o

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

mandato 2025-2027. Representando o Sr. André Luiz Sanchez Navarro, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), o Sr. Denis comunicou o interesse deste em integrar o grupo como representante da SEMIL. Em seguida, a Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, Coordenadora da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos iniciou o processo de preenchimento das vagas, indicando o Sr. André para a primeira vaga destinada a órgão de governo. Na sequência, o próprio Sr. Denis se colocou à disposição para ocupar a segunda vaga, representando a SAA/SP. Para as vagas destinadas a representantes dos usuários de recursos hídricos, manifestaram interesse a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), e o Sr. Paulo Roberto Szeligowski Tinel, pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE). Por fim, o Sr. Maurício Magossi, da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP), se voluntariou para a quinta e última vaga, como representante das organizações civis. A Sra. Vanessa reforçou que a coordenação do grupo permanece sob responsabilidade do Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu à votação a minuta de Deliberação que constitui, para o período de vigência do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA (GACG PCJ), o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão das Bacias PCJ, celebrado entre a ANA e a Fundação Agência das Bacias PCJ, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **5. Eleição e indicação de membros para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Agência das Bacias PCJ, referentes à recomposição do mandato 2023-2025 e à composição do mandato 2025-2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, esclareceu que, em razão da recente eleição dos novos membros dos plenários dos Comitês PCJ, tornou-se necessária a recomposição dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência das Bacias PCJ para o mandato 2025-2027, vigente até novembro de 2025. Em seguida, solicitou ao Sr. Gabriel Sobreira, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, que apresentou o tema aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). O Sr. Gabriel deu início apresentando a composição atual dos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Agência das Bacias PCJ, informando, em seguida, as entidades que já possuem assento garantido em cada um dos conselhos, conforme previsto na Lei Estadual nº 10.020/1998 e na Deliberação dos Comitês PCJ nº 045/09. Ressaltou que as entidades do estado de Minas Gerais não integram esses conselhos, uma vez que sua constituição decorre de normativas do estado de São Paulo. No segmento do Estado, têm assento efetivo no Conselho Deliberativo as seguintes

secretarias: Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística; Secretaria da Fazenda e Planejamento; e Secretaria de Desenvolvimento Econômico. No segmento dos municípios, conforme dispõe a Deliberação nº 045/09, os representantes titulares da CT-PL ocupam automaticamente vagas em ambos os conselhos, e caso o município que presida o CBH-PCJ não seja titular na CT-PL — como ocorre no atual mandato, no qual a Presidência é exercida por Piracicaba — este passa a integrar automaticamente o Conselho Deliberativo. No segmento dos usuários de recursos hídricos, o Sr. Gabriel destacou que a Deliberação nº 045/09 garante uma vaga no Conselho Deliberativo para uma entidade do setor agrícola, função atualmente exercida pela Associação dos Fornecedoros de Cana de Piracicaba (AFOCAPI). Já no segmento das organizações civis, a mesma deliberação assegura a participação de uma entidade representativa do setor de consórcios no Conselho Deliberativo, função atualmente atribuída ao Consórcio PCJ. Na sequência, o Sr. Gabriel apresentou a composição atual da CT-PL, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 501/25, detalhando os critérios de elegibilidade para os conselhos. No segmento do Estado, como as vagas no Conselho Deliberativo já estão preenchidas pelas secretarias anteriormente mencionadas, as demais entidades estaduais que compõem a CT-PL são elegíveis apenas para o Conselho Fiscal. No segmento dos municípios, os membros suplentes são elegíveis exclusivamente para o Conselho Fiscal. Quanto aos segmentos de usuários de recursos hídricos e de organizações civis, excluídas as entidades que já possuem vagas garantidas pela Deliberação nº 045/09, os membros titulares da CT-PL são elegíveis para ambos os conselhos, enquanto os suplentes se restringem ao Conselho Fiscal. Concluída a apresentação sobre a composição e os critérios legais aplicáveis, o Sr. Gabriel deu início à definição dos ajustes necessários para recompor os conselhos no mandato tampão, com vigência até novembro de 2025, e, na sequência, para o mandato regular 2025-2027. Na sequência, o Sr. Gabriel deu início ao processo de definição da composição para o mandato tampão dos Conselhos Fiscal e Deliberativo. No segmento dos municípios, conforme a atual configuração da CT-PL, assumem as vagas as prefeituras de Limeira, Sumaré e Santa Bárbara d'Oeste, no Conselho Deliberativo. No segmento das organizações civis, para o Conselho Deliberativo, foi necessário escolher entre o Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C) e a Associação Ambiental Plantar (AAP), conforme os critérios previamente apresentados. O Sr. Rodrigo Hajjar, representante do IPSA-C, manifestou interesse e se propôs a ocupar a vaga. Em relação ao Conselho Fiscal, foi necessária a escolha entre as prefeituras de Mogi Mirim, Valinhos, Holambra, Itupeva e São Pedro. A Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, representada pelo Sr. Neuroberto Silva, se dispôs a ocupar a vaga de titular, enquanto a Prefeitura

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

- 195 Municipal de Itupeva, representada pela Sra. Jaqueline Salvador Leite, se colocou à disposição para assumir a vaga de suplência. Nos demais segmentos, não foram necessárias alterações, uma vez que as entidades atualmente integrantes foram eleitas para o mandato vigente da CT-PL. A Sra. Vanessa Cristina Bortolazzo Longato, Coordenadora da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, destacou que as composições dos Conselhos Fiscal e Deliberativo definidas nesta reunião ainda serão submetidas à aprovação em deliberação a ser apreciada na próxima reunião plenária dos Comitês PCJ e que após sua ratificação, a Fundação Agência das Bacias PCJ encaminhará ofício às entidades solicitando a indicação formal de seus representantes para os respectivos conselhos. A Sra. Vanessa também reforçou que, em conformidade com as normas vigentes, não é permitida a participação por meio de procuração nas reuniões dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, em razão da natureza deliberativa e institucional desses colegiados. Na sequência, o Sr. Gabriel deu continuidade ao processo de preenchimento das vagas para o novo mandato do Conselho Deliberativo, com início previsto para novembro de 2025 e vigência até novembro de 2027. No segmento dos usuários de recursos hídricos, a primeira vaga foi definida entre o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) – Regional Limeira e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), onde o Sr. Jonas Vitti, representante do CIESP-Limeira, se colocou à disposição para ocupá-la. Para a segunda vaga, no mesmo segmento, a escolha se deu entre a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON) e a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), sendo que a Sra. Ana Paula Fernandes Abrahão manifestou interesse e se dispôs a ocupar a vaga. Em seguida, foi iniciado o preenchimento das vagas destinadas ao segmento das organizações civis. Para a primeira vaga, a escolha ocorreu entre o IPSA-C e AAP, sendo que o Sr. Rodrigo Hajjar, representante do IPSA-C, após diálogo com os demais membros, se prontificou a assumir a vaga. Para a segunda vaga, a definição se deu entre o Rotary International D4590 e a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Salto (AEAS). Após breve deliberação entre os presentes, o Sr. Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi, representante do Rotary International D4590, se colocou à disposição para ocupá-la. Na sequência, o Sr. Gabriel iniciou a condução dos trabalhos referentes à composição do novo mandato do Conselho Fiscal, com vigência prevista para o período de novembro de 2025 a novembro de 2027. No segmento de órgãos de governo, a Secretaria de Estado de Saúde, representada pelo Sr. Luiz Alberto Buschinelli Carneiro, manifestou interesse em ocupar a vaga de titular, enquanto o Sr. Henrique Bellinaso, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, se disponibilizou para assumir a vaga de suplente. Não havendo manifestações contrárias, o segmento foi considerado devidamente preenchido. Em seguida, no segmento dos municípios, os presentes deliberaram pela manutenção da composição definida para o mandato tampão: Prefeitura Municipal de Mogi Mirim como titular e Prefeitura Municipal de Itupeva como suplente. No segmento dos usuários de recursos hídricos, o Sr. Gabriel informou que, conforme comunicado prévio do Secretário-Executivo, Sr. Denis Silva, o Sr. André Elia, representante da União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (UNICA), cuja ausência na reunião foi justificada, havia manifestado interesse na vaga. Da mesma forma, o Sr. Paulo Roberto Szeligowski Tinel, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), também havia declarado interesse. Considerando a ausência do representante da UNICA na presente reunião, e a manifestação do representante presente da ASSEMAE, deliberou-se pela indicação do Sr. Paulo Tinel para ocupar a referida vaga. Dando prosseguimento, o Sr. Gabriel iniciou o processo de definição da vaga do segmento das organizações civis, onde manifestaram interesse o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, representante da Associação Ambiental Plantar (AAP), e o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR). Diante da ausência de consenso entre os representantes da sociedade civil, conforme previsto, foi realizada a votação. Atendendo à solicitação do Sr. Denis Silva, concedeu a palavra a ambos os interessados para que apresentassem suas motivações. O Sr. João Demarchi, representante da AAP e atual Coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais, destacou que jamais participou do Conselho Fiscal e expressou interesse em estabelecer maior articulação entre a Política de Mananciais dos Comitês PCJ e a Fundação Agência das Bacias PCJ, por meio de propostas voltadas ao aprimoramento da gestão e ao incremento de ações conjuntas. Em contraponto, o Sr. Miguel Milinski observou que o Conselho Fiscal possui função específica relacionada à análise e deliberação sobre as contas da Fundação Agência das Bacias PCJ, não sendo espaço apropriado para discussões de políticas temáticas. Em seguida, a Sra. Vanessa Longato conduziu o processo de votação, com a participação de todos os membros titulares do segmento das organizações civis da CT-PL no mandato vigente. Votaram pela indicação da AAP os representantes do Consórcio PCJ, Rotary International – D4590, AEAS, IPSA-C e a AAP em favor da própria entidade. O representante da AAMHOR votou em favor da própria entidade. Assim, por cinco votos a um, foi definida a escolha da AAP para ocupar a vaga no Conselho Fiscal. Encerradas as manifestações, e não havendo mais inscrições, foi submetida à votação a minuta que altera a Deliberação dos Comitês PCJ nº 443/23, de 29/06/2023, quanto à indicação de representantes dos segmentos Municípios e Organizações Cívicas para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 59ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

das Bacias PCJ, para o mandato 2023-2025, e indica os representantes dos segmentos Órgãos de Governo, Municípios, Organizações Cívicas e Usuários de Recursos Hídricos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ, para o mandato 2025-2027, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **6. Alteração do Regimento das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, apresentou o item da pauta referente à proposta de alteração de dois dispositivos do Regimento Interno das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, instituído pela Deliberação nº 362/21. As alterações propostas tratavam do limite de faltas para exclusão de membros e da vigência dos planos de trabalho das referidas câmaras. Para apresentação detalhada do tema, o Sr. Denis solicitou o apoio da Sra. Raquel Curtolo Quirino, Analista Técnica da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos (CASGRH). A Sra. Raquel esclareceu que a redação atual do §1º do art. 27 prevê a exclusão de membros com base em três faltas consecutivas ou cinco faltas alternadas. A proposta de nova redação amplia esse limite para cinco faltas consecutivas ou sete alternadas, aplicando-se exclusivamente às câmaras técnicas que se reúnem com frequência mensal ou superior. Quanto ao §2º do art. 36, que trata da vigência dos planos de trabalho das câmaras técnicas, a redação vigente estabelece validade de dois anos, com início em janeiro do ano subsequente à renovação da composição das câmaras. A proposta de alteração mantém o prazo de dois anos, porém estabelece que a vigência se estenderá até a aprovação do plano de trabalho subsequente. A Sra. Raquel destacou que as alterações foram amplamente discutidas no âmbito do GT-Integração da CT-PL, bem como internamente pela CASGRH, com o objetivo de conferir maior flexibilidade às regras, sem comprometer a qualidade dos trabalhos e o funcionamento das câmaras técnicas. O Sr. Denis complementou que a proposta também advém de discussões ocorridas na Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), diante da constatação de que os critérios vigentes para faltas não se aplicavam de forma equitativa entre as câmaras, especialmente aquelas com reuniões mais frequentes. Ressaltou ainda que o mecanismo de exclusão de membros não deve ser interpretado como punitivo, mas como uma medida de garantia da regularidade dos trabalhos e do quórum necessário para deliberações. Não havendo manifestações contrárias, foi submetida à votação a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ que altera a redação do §1º do art. 27 e do §2º do art. 36 do Anexo da Deliberação nº 362/21, de 30 de março de 2021. A proposta foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **7. Indicação de empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança**

pelo uso de recursos hídricos em rios de domínio da União – exercício de 2025. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, iniciou sua explanação destacando que o item em pauta trata da indicação de empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da Cobrança PCJ Federal. Para apresentação detalhada do tema, solicitou o apoio do Sr. Felipe Requena, Assessor Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Felipe informou que as indicações referem-se ao Ato Convocatório dos exercícios de 2024 e 2025, no qual foram inscritos cinco empreendimentos, destes, quatro serão indicados para execução, sendo dois por meio da Unidade Coordenadora de Execução (UCE) e dois no âmbito do mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). No que se refere aos empreendimentos via UCE, o município de Cordeirópolis apresentou proposta para atuação na sub-bacia do Ribeirão Santa Marina, abrangendo aproximadamente 200 propriedades, a serem prospectadas pela prefeitura. O projeto contará com contrapartida municipal de 8% e valor total de R\$200.880,00. Já o município de Corumbataí submeteu proposta para a sub-bacia do Ribeirão Boa Vista, envolvendo cerca de 47 propriedades, com contrapartida de 4% e valor total de R\$172.887,67. Quanto às propostas no âmbito do PSA, o município de Joanópolis pleiteou recursos para ações de conservação de áreas naturais, fragmentos florestais e conservação do solo, com contrapartida de 50% e valor total de R\$835.476,16. O município de Piracaia apresentou proposta voltada à conservação e restauração de áreas vegetadas, também com contrapartida de 50% e valor total de R\$424.249,42. Com base nas propostas selecionadas, o valor total a ser repassado pela Cobrança PCJ Federal será de R\$ 980.644,57, com contrapartida total dos municípios da ordem de R\$ 652.848,71, resultando em um investimento global de R\$ 1.633.493,28. O Sr. Felipe também informou que o município de Jaguariúna havia inicialmente submetido proposta no âmbito do PSA, porém, na fase de complementação documental, optou por retirar formalmente sua inscrição, justificando limitações de recursos humanos. A desistência foi devidamente oficializada junto à Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Denis reiterou a importância de os municípios presentes divulgarem a disponibilidade de recursos, especialmente diante da baixa adesão observada para empreendimentos voltados à conservação dos mananciais. Na sequência, o Sr. Edmo José Stahl Cardoso, representante da Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira (AEAN), questionou qual seria o valor total disponível para os municípios pleitearem. Em resposta, o Sr. Felipe esclareceu que não há um teto pré-estabelecido, pois os editais são estruturados conforme os tipos de projetos elegíveis, como os Projetos Integrados de Propriedade (PIP) e os PSA, sendo a hierarquização das propostas realizada com base nas diretrizes do Plano de Bacias

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

- PCJ 2020–2035 e da Política de Mananciais dos Comitês PCJ. O Sr. Mateus Bento Batista Arantes, representante da Prefeitura Municipal de Louveira e Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento, reforçou que os pleitos para financiamento estão abertos ao longo de todo o ano, abrangendo ações voltadas à combate às perdas, afastamento e tratamento de esgoto. Destacou ainda que a Assessoria Ambiental, juntamente com a Coordenação de Projetos e entidades parceiras, como o Consórcio PCJ, promovem oficinas e capacitações voltadas aos municípios da bacia. Encerradas as apresentações e manifestações, e não havendo novas inscrições, foi submetida à votação a minuta de Deliberação que indica os empreendimentos como demanda induzida para financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal – exercício 2025, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada para assinatura dos presidentes dos Comitês PCJ. **8. Prorrogação de prazo da etapa de publicação de abertura do edital do processo licitatório referente ao Ato Convocatório nº 001/2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, esclareceu que o item em pauta refere-se à prorrogação do prazo da etapa de publicação do edital de abertura do processo licitatório vinculado ao Ato Convocatório nº 001/2024. Para detalhar a proposta, solicitou a colaboração do Sr. Felipe Requena, Assessor Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Felipe explicou que os empreendimentos em questão são oriundos do Ato Convocatório nº 001/2023 e foram formalmente indicados em 2024. Destacou que, considerando as últimas eleições municipais, o que usualmente implica na renovação parcial das equipes técnicas das prefeituras, é comum que ocorra atraso na tramitação de processos licitatórios. Diante desse cenário, os municípios de Camanducaia, Cordeirópolis e Piracicaba solicitaram a prorrogação do prazo para publicação do extrato de abertura dos respectivos editais, sendo proposta sua extensão até o dia 04 de junho de 2025. O Sr. Felipe reforçou que a prorrogação se limita exclusivamente à fase de publicação, mantendo-se inalteradas as datas das demais etapas do processo licitatório. Informou ainda que o município de Camanducaia já comunicou que a publicação do edital ocorrerá no dia 20 de maio de 2025; Cordeirópolis não informou data específica, mas está ciente dos novos prazos; e Piracicaba já realizou a publicação do edital em 15 de abril de 2025. Concluída a apresentação, o Sr. Denis agradeceu ao Sr. Felipe pelas informações e abriu espaço para manifestações dos membros. Não havendo inscrições, foi submetida à votação a minuta de Deliberação que prorroga o prazo da etapa de publicação do edital do processo licitatório referente ao Ato Convocatório nº 001/2024. A deliberação foi aprovada por unanimidade. **9. Diretrizes gerais para gestão de perdas de água e eficiência no abastecimento público nas Bacias PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do
- 490 CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o presente item da pauta refere-se à apresentação do documento de Diretrizes Gerais para a Gestão de Perdas de Água e Eficiência no Abastecimento Público nas Bacias PCJ. Para conduzir a apresentação, convidou o Sr. Mateus Bento Batista Arantes, Coordenador da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA). O Sr. Mateus esclareceu que o documento foi elaborado a partir de uma demanda da Fundação Agência das Bacias PCJ, em razão da diversidade de abordagens adotadas pelos municípios na gestão de perdas de água, muitas vezes com resultados díspares, com a necessidade de um planejamento unificado, que promovesse maior eficiência e coerência entre as ações implementadas, respeitando as realidades locais. Para atender a essa demanda, foi constituído, no âmbito da CT-SA, o Grupo de Trabalho Ações de Combate às Perdas de Água, que, ao longo de 14 reuniões, consolidou as propostas que resultaram no documento ora apresentado, com objetivo principal de orientar os prestadores de serviço de abastecimento de água na adoção de ações prioritárias voltadas à gestão eficiente das perdas. Entre os benefícios esperados, destacam-se: a avaliação do grau de maturidade das entidades prestadoras em relação ao tema; a implementação de medidas comprovadamente eficazes na redução de desperdícios; o fortalecimento da atuação dos órgãos fiscalizadores com base em critérios técnicos padronizados; a capacitação das equipes técnicas; o embasamento para seleção de projetos no Subprograma de Gestão de Perdas; e a promoção da transparência na alocação de recursos financeiros. O documento foi estruturado em quatro eixos estratégicos: planejamento, operação, tecnologia e gestão. Dentro desses eixos, foram definidas ações fundamentais para o aprimoramento da eficiência nos sistemas de abastecimento, tais como: elaboração e atualização dos Planos de Saneamento Básico e de Combate às Perdas; hidrometria e macromedição de entrada e saída dos sistemas; balanço hídrico simplificado; implantação de cadastros técnicos informatizados e georreferenciados integrados ao sistema comercial; substituição, modernização e manutenção de redes; controle de pressão; setorização; implantação de distritos de medição e controle; telemetria; modelagem hidráulica operacional; balanço hídrico detalhado; requalificação das Estações de Tratamento de Água e Esgoto; elaboração do Plano Diretor de Reuso de Água; capacitação de equipes; criação de estruturas específicas para combate às perdas; e controle ativo de vazamentos. Na sequência, o Sr. Mateus convidou a Sra. Patrícia Regina Ferreira Calegari, Coordenadora-Adjunta da CT-SA, para complementar a apresentação. A Sra. Patrícia esclareceu que, para cada ação, foram estabelecidos três pilares estruturantes: (i) requisitos, que definem os critérios técnicos mínimos a serem observados; (ii) conteúdo mínimo, que reúne as informações, parâmetros e práticas essenciais à execução da ação; e (iii) avaliação, que deve evidenciar, de forma clara e objetiva, os resultados alcançados.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

550 Ressaltou, ainda, que as ações previstas influenciam o índice de perdas, direta ou indiretamente. Para as ações de impacto indireto, a avaliação deve concentrar-se na melhoria da gestão e na obtenção de dados reais; já para as ações de impacto direto, as diretrizes incluem um conjunto de perguntas destinadas à autoavaliação pelos prestadores de serviço. Informou também que a aferição do avanço de cada município será realizada pela respectiva Agência Reguladora, com base em auditorias periódicas, utilizando os dados reportados ao Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), auditados por meio do Projeto Acertar da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Complementou que está em planejamento, no âmbito dos Comitês PCJ, o desenvolvimento de uma plataforma de indicadores, onde os municípios poderão atualizar as informações macro relacionadas ao sistema de combate às perdas. A Sra. Patrícia enfatizou que os prestadores de serviço que enfrentarem dificuldades na implementação das ações poderão, por meio da CT-SA, formalizar termos de cooperação técnica com municípios que já apresentam maior maturidade no tema. Explicou, ainda, que, considerando a diversidade de realidades entre os municípios das Bacias PCJ, foram elaborados dois fluxogramas distintos, com ordem de priorização das ações, diferenciando municípios com população inferior e superior a 100.000 habitantes. Concluindo, a Sra. Patrícia agradeceu a oportunidade e devolveu a palavra ao Sr. Mateus, que expressou agradecimento a todos os que contribuíram com a elaboração do documento. Reiterou a importância da padronização como ferramenta para impulsionar avanços concretos no combate às perdas de água e destacou que o documento deverá ser revisto e atualizado no prazo máximo de três anos, conferindo-lhe caráter dinâmico e adaptativo. O Sr. Denis agradeceu à Sra. Patrícia e ao Sr. Mateus, estendendo os cumprimentos a todos os envolvidos na elaboração do documento, destacando tratar-se de uma iniciativa de grande prioridade diante do quadro de escassez hídrica crônica que afeta as Bacias PCJ. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que reforçou a relevância do Projeto Acertar, desenvolvido pela ANA em parceria com as agências reguladoras, como um dos caminhos para o correto direcionamento das ações e dados relativos ao índice de perdas nos municípios. Ressaltou que o documento de diretrizes apresentado pelos Comitês PCJ antecipa e amplia esse processo, oferecendo um passo a passo estruturado, com o objetivo de orientar a análise e deliberação sobre os serviços de saneamento, de modo que estes se alinhem às diretrizes estabelecidas. Na sequência, o Sr. Paulo Takeyama, representante da Associação dos Engenheiros e Agrônomos de Salto (AEAS), parabenizou os responsáveis pelo documento e apontou a importância de que a metodologia proposta sirva como contraponto à confiabilidade dos dados auto declaratórios do SNIS, que, muitas vezes, não refletem

a realidade das perdas nos municípios. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAHMOR), solicitou a palavra para destacar a necessidade de que os municípios coloquem em prática seus respectivos Planos Municipais de Saneamento. Ressaltou, ainda, que os projetos financiados pela Fundação Agência das Bacias PCJ devem incorporar, em seus termos de referência, as diretrizes estabelecidas no referido documento. Lembrou, também, da importância da divulgação dos resultados do Projeto GisWater, implementado no município de Capivari, como forma de inspirar iniciativas semelhantes em outras localidades. Na sequência, o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, destacou que, desde 1997, tanto o Consórcio quanto os Comitês PCJ já se dedicavam à discussão e proposição de metodologias e alternativas para o enfrentamento das perdas. Reforçou a importância de que os municípios realizem diagnósticos capazes de quantificar suas perdas nas redes de abastecimento, e, ao final, parabenizou o Sr. Mateus, a Sra. Patrícia e todos os demais envolvidos. O Sr. Laerson Andia Júnior, representante da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara d'Oeste, também parabenizou os responsáveis pela iniciativa e sugeriu que a CT-SA promova eventos e encontros para compartilhamento de experiências exitosas entre os municípios das Bacias PCJ, visando à troca de informações e boas práticas, com vistas ao alcance da meta de redução de perdas para menos de 30%. Em seguida, o Sr. José Rodolfo Penatti, representante da Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba (AFOCAPI), destacou que o tema ainda se encontra distante do cenário ideal, especialmente quando observada a realidade das prestadoras de serviços de abastecimento de água em seu município. A Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental, questionou quais estratégias estavam previstas para a aproximação com os municípios e se as diretrizes elaboradas estavam alinhadas aos cadernos temáticos do Plano de Bacias PCJ 2020-2035. O Sr. Mateus esclareceu que o documento foi, de fato, elaborado com base nos referidos cadernos temáticos e contou com a participação do maior número possível de instituições. Informou ainda que, como mecanismo de avaliação, o documento contempla a análise do impacto das ações sobre os principais atores envolvidos — sociedade, municípios, agências reguladoras e o agente fiscalizador, neste caso representado pelo Ministério Público, que também participou ativamente do grupo de trabalho responsável pela sua elaboração. Não havendo mais manifestações, a minuta de Deliberação que aprova as Diretrizes Gerais para a Gestão de Perdas de Água e Eficiência no Abastecimento Público nas Bacias PCJ foi submetida pelo secretário executivo à apreciação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com parecer favorável da CT-PL. **10. Apreciação do recurso apresentado pelo**

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

SAAE Capivari referente ao indeferimento do pleito “Execução da nova adutora de água tratada da ETA 1 – Sistema de Reservação Central do município de Capivari”. O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata do recurso apresentado pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Capivari (SAAE Capivari), relativo ao indeferimento do pleito para execução de nova adutora de água tratada, a partir da Estação de Tratamento de Água 1 (ETA1), ligada ao sistema de reservação central do município. Para apoio técnico à explanação, o Sr. Denis concedeu a palavra ao Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ. O Sr. Diogo esclareceu que o pleito foi apresentado no contexto do edital de fluxo contínuo, aberto desde 2023, com recursos oriundos da Cobrança Estadual Paulista e da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). Conforme o rito estabelecido, após a inscrição do projeto, a proposta é analisada tecnicamente pelo Grupo de Trabalho de Análise de Empreendimentos (GT-Análise de Empreendimentos), vinculado à Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), com emissão de parecer técnico conjunto com a Fundação Agência das Bacias PCJ. A partir da emissão desse parecer, o tomador dispõe de até 55 dias, divididos em etapas, para promover eventuais adequações conforme as exigências do edital. No caso do SAAE Capivari, o projeto foi inscrito em 24 de janeiro de 2025, com enquadramento na Ação 5.1 dos Programas de Duração Continuada (PDC), conforme o Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (FEHIDRO). Na 10ª Reunião do GT-Análise de Empreendimentos, em 6 de fevereiro de 2025, observou-se que o projeto previa a instalação de uma nova adutora, e não a substituição de rede existente. Como o empreendimento não estava no Plano de Perdas do município, foram solicitadas justificativas adicionais. O parecer técnico foi emitido em 12 de fevereiro de 2025 e encaminhado ao tomador, que apresentou suas justificativas em 24 de fevereiro. Essas foram analisadas na 11ª Reunião do GT, realizada em 28 de fevereiro, resultando na emissão de novo parecer técnico, enviado em 5 de março. Em 11 de março, o tomador encaminhou nova rodada de justificativas, apreciadas na 12ª Reunião do GT, realizada em 21 de março de 2025, quando foi emitido o Parecer Técnico Final, com decisão pelo indeferimento do pleito. Em 28 de março de 2025, o SAAE Capivari protocolou recurso à decisão. Na sequência, a palavra foi concedida ao Sr. Guilherme Rego, Superintendente do SAAE Capivari, que agradeceu a oportunidade de apresentar a defesa do empreendimento. Informou que a proposta trata da substituição da adutora construída no ano de 1960, com cerca de 1100 metros de extensão e instalada a sete metros de profundidade, interligando a ETA 1 ao reservatório Pio XII, responsável por abastecer aproximadamente 40% da população municipal, atualmente estimada em 53 mil habitantes. Ressaltou que, devido às características do solo brejoso e à localização da adutora em áreas residenciais, sua manutenção se tornou tecnicamente complexa e financeiramente onerosa, sendo inviável sua simples substituição. Dessa forma, justificou que a construção de uma nova adutora é a alternativa mais viável. Apresentou aos membros uma amostra física de trecho do ramal (parte do duto), evidenciando seu grau de deterioração. Informou que, com base em dados do sistema GisWater, verificou-se que a ETA 1 opera com vazão de 46 L/s, mas apenas 20 L/s chegam ao reservatório, o que corresponde a uma perda de 26 L/s ao longo do trajeto. Explicou que um mapeamento completo das falhas na tubulação demandaria um investimento de R\$ 500 mil, utilizando tecnologias específicas, enquanto a implantação de uma nova estrutura está estimada em R\$ 1,5 milhão — ou seja, o custo do diagnóstico representa um terço do valor total da solução definitiva, sem garantia de sucesso. Adicionalmente, informou que o índice de perdas do município foi mensurado em 50% e que o Plano de Perdas vigente, de 2017, atualmente em revisão, não contemplava essa adutora, uma vez que os problemas estruturais só passaram a se manifestar de forma crítica a partir de 2021. Ao finalizar, solicitou a reconsideração do parecer de indeferimento, reiterando a importância estratégica do empreendimento. Em seguida, o Sr. Mateus Bento Batista Arantes, Coordenador da CT-SA, parabenizou a argumentação apresentada e reforçou a importância de seguir rigorosamente os ritos estabelecidos pelos Comitês PCJ, a fim de evitar um provável indeferimento por parte do Agente Técnico do FEHIDRO. Informou ainda que o título do projeto deve ser ajustado para “substituição e cancelamento da adutora existente”, viabilizando sua tramitação nas etapas seguintes. O Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio PCJ, também parabenizou o SAAE Capivari pela apresentação e ressaltou a disposição histórica do município em colaborar com os Comitês PCJ. Reforçou a importância de que os projetos estejam tecnicamente bem instruídos e com justificativas compatíveis com as exigências do edital. Na sequência, o Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí, questionou qual seria o retorno estimado do investimento de R\$1,5 milhão e qual impacto a nova adutora traria para o balanço hídrico e finanças municipais. Em resposta, o Sr. Guilherme esclareceu que, embora a ETA 1 tenha capacidade para produzir 60 L/s, a atual adutora limita a vazão a 46 L/s, além disso, o município tem despendido cerca de R\$300 mil anuais na manutenção de vazamentos recorrentes nesse trecho. Informou ainda que o novo projeto foi elaborado em parceria com o grupo Saint-Gobain e será, se aprovado, a primeira adutora inteligente do país, com sensores de vazão e pressão a cada quilômetro, o que permitirá detecção

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

- 785 precisa de falhas e redução significativa nos custos operacionais. O Sr. Tiago de Mattos Seydell, representante da Prefeitura Municipal de Piracicaba, manifestou apoio ao deferimento do pleito, destacando a importância do projeto e a clareza das explicações
- 790 sobre a tipologia da ação. Em complemento, o Sr. Diogo Pedrozo informou que as últimas documentações encaminhadas pelo SAAE Capivari, recebidas no dia anterior à reunião, ainda não haviam sido analisadas pela Coordenação de Projetos, mas serão encaminhadas à
- 795 CT-SA tão logo avaliadas, acompanhadas da deliberação da CT-PL, respeitando o cronograma do edital. O Sr. Luiz Alberto Buschinelli Carneiro, representante da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, informou que a Vigilância Sanitária Regional de
- 800 Piracicaba realiza, desde 2017, inspeções nas estações de tratamento dos 26 municípios sob sua jurisdição, com foco na qualidade da água e nas condições de trabalho. Os relatórios resultantes dessas visitas podem ser utilizados como subsídio para a obtenção de recursos
- 805 junto ao FEHIDRO ou por meio de programas federais, como o Programa de Aceleração Continuada. O Sr. Neuroberto Silva, representante da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim, reiterou a importância de readequar o título do projeto, vinculando-o claramente à substituição de adutora e à meta de controle de perdas. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR), também parabenizou a apresentação e destacou positivamente o fato de o empreendimento
- 810 estar alinhado ao Plano de Perdas municipal, atendendo aos critérios definidos pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23. Não havendo novas manifestações, o Sr. Denis submeteu à votação a proposta de reanálise do empreendimento pela Coordenação de Projetos da
- 820 Fundação Agência das Bacias PCJ, considerando o recente envio de nova documentação pelo SAAE Capivari e recebido na Agência PCJ. A proposta foi aprovada por unanimidade, e o novo parecer técnico será posteriormente apreciado pela Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). **11. Apresentação do Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ Federal, informou que o item em pauta trata da apresentação do Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano de Bacias PCJ 2020–2035 e, para tanto, convidou o Sr. Eduardo Cuoco Léo, Coordenador de Sistemas de Informação (CSI) da Fundação Agência das Bacias PCJ, a realizar uma breve exposição sobre o tema. O Sr. Eduardo esclareceu que o relatório é fruto de um processo contínuo de monitoramento das ações previstas no Plano de Bacias PCJ 2020–2035, aprovado em 2020. Destacou que as discussões metodológicas para estruturação desse acompanhamento tiveram início em
- 840 2021, no âmbito da Câmara Técnica de Plano de Bacias (CT-PB). Em 2022, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) publicou o Manual para
- 845 Avaliação da Implementação de Planos de Recursos Hídricos, contando com a participação da equipe da CSI nas oficinas técnicas promovidas. A partir de 2023, a equipe passou a elaborar sistematicamente o Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano de Bacias PCJ 2020–2035, cujo conteúdo está integralmente disponível nos sites da Fundação Agência das Bacias PCJ e dos Comitês PCJ. O objetivo central do relatório, segundo o Sr. Eduardo, é avaliar a evolução da execução das ações previstas no plano, com base nas diretrizes estabelecidas pela ANA, incorporando também uma abordagem complementar desenvolvida pela própria CSI, com foco específico no cumprimento das metas de saneamento, estabelecidas individualmente para cada município. Para realizar a avaliação, foram utilizadas duas metodologias principais: a primeira consistiu na verificação do status de implementação das 120 ações listadas no plano, organizadas por eixo temático; a segunda envolveu a atribuição de pontuações e cores aos municípios, conforme o grau de cumprimento das metas de saneamento, permitindo uma visualização integrada e comparativa. Os resultados obtidos por meio do relatório incluíram: o status de execução das ações por eixo temático; o cálculo do Índice Global de Avanço do Plano de Bacias PCJ 2020–2035 para o ano de 2024; o histórico dos indicadores de saneamento para cada município; e a análise da situação atual dos municípios em relação às projeções populacionais, elaboradas pela própria equipe da CSI. Para o ano de 2024, foi constatado que 46,40% das metas previstas estavam em estágio de verificação, sendo que 37,20% estavam efetivamente adequadas. A partir desses dados, obteve-se um Índice Global de Avanço de 80% na implementação do plano. Em relação aos indicadores de saneamento, o Sr. Eduardo destacou como pontos mais críticos os baixos índices de eficiência na remoção da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) e as dificuldades relacionadas à redução de perdas no sistema de abastecimento de água. No que se refere à projeção populacional, observou-se que o total apurado ficou 0,25% abaixo do valor previsto, o que foi considerado dentro da margem esperada. Ao final da apresentação, o Sr. Denis Herisson agradeceu ao Sr. Eduardo parabenizou toda a equipe da CSI pelo trabalho desenvolvido na elaboração do relatório e em seguida abriu a palavra para as manifestações dos membros presentes. O Sr. Miguel Madalena Milinski, representante da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR), parabenizou a equipe pela qualidade do documento apresentado e questionou sobre a existência de mecanismos de comunicação formal da Fundação Agência e/ou dos Comitês PCJ com os municípios que se encontram abaixo das metas de saneamento, a fim de que tenham ciência de sua defasagem em relação ao Plano de Bacias PCJ 2020–2035. Em resposta, o Sr. Eduardo informou que tal tema pode ser encaminhado para debate no âmbito da CT-PB, mas esclareceu que já existe, como medida de gestão, o envio de ofícios
- 885
- 890
- 895
- 900

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 5ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

905 individualizados aos municípios, informando sobre as metas e ações previstas para cada um deles. Reforçou que o próprio relatório de acompanhamento funciona como uma ferramenta pública de exposição dos dados e de apoio à gestão, e reiterou a importância dessa comunicação institucional como forma de incentivar os municípios a cumprirem suas metas, especialmente aqueles com compromissos mais ambiciosos. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis agradeceu o Sr. Eduardo pela apresentação e deu continuidade à reunião. **12. Recomposição do GT-SAR-PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, informou que o item em pauta trata da recomposição do Grupo de Trabalho do Sistema Adutor Regional do PCJ (GT-SAR), considerando o início do novo mandato 2025–2027, com a inserção de novos membros na Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) a partir de março de 2025. O Sr. Denis informou que a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SEMIL), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Regional Campinas (CIESP – Regional Campinas) solicitaram previamente a participação no referido GT. Na sequência, manifestaram interesse em compor o GT-SAR as seguintes entidades: a Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE), representada pelos Srs. Paulo Roberto Szeligowski Tinel e Martim de França Silveira Ribeiro; a Associação Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade (AAMHOR), representada pelo Sr. Miguel Madalena Milinski; o Rotary International – Distrito 4590, representado pelo Sr. Luiz Antônio Carvalho e Silva Brasi; a Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON), representada pela Sra. Ana Paula Fernandes Abrahão; a Associação Ambiental Plantar, representada pelo Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi; a Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA), representada por pelos coordenadores, o Sr. Mateus Bento Batista Arantes e a Sra. Patrícia Regina Ferreira Calegari; o Sindicato Rural de Rio Claro, representado pelo Sr. João Primo Baraldi; Consórcio PCJ, representado pelos Srs. Francisco Carlos Castro Lahóz e Flávio Forti Stenico; a SAA/SP representada pelo próprio Sr. Denis Herisson da Silva; A Agência de Águas do Estado de São Paulo - SP Águas, representada pelo Sr. Felipe Gobet de Aguiar; e a Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), representada por seu 2º Coordenador-Adjunto, o Sr. Luis Filipe Rodrigues. Não havendo outras manifestações, o Sr. Denis declarou recomposta a composição do GT-SAR. **13. Definição de calendário para reuniões da CT-PL para o biênio 2025-2027.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, apresentou uma proposta de calendário de reuniões (biênio 2025-2027) para a Câmara Técnica de Planejamento e para os

965 Grupos de Trabalho Empreendimentos e Integração de Ações das Câmaras Técnicas. Após as manifestações, o Sr. Denis submeteu a proposta de calendário de reuniões, sendo aprovado por unanimidade, conforme segue: (a) no ano de 2025 as reuniões CT-PL ocorrerão nos meses de agosto e novembro; (b) para o ano de 2026 ocorrerão em: março, junho, agosto e novembro; e (c) no ano de 2027 ocorrerão em março e maio (fim do mandato 2025-2027). As datas definidas serão inseridas na agenda de reuniões, no site eletrônico dos Comitês PCJ. **14. Outros assuntos.** Por não existir outros assuntos, o Sr. Denis deu continuidade na pauta passando para a realização dos informes. **15. Informes.** **15.1. da Secretaria Executiva.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da SAA/SP e Secretário-Executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, apresentou os seguintes informes: **a)** O Portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) está com inscrições abertas para diversos cursos gratuitos, de curta duração, na área de gestão de recursos hídricos e temas correlatos. Os cursos oferecem certificados e podem ser acessados pelo link: <https://capacitacao.ana.gov.br/cursos/>; **b)** Ocorreu em 16 de abril de 2025 o 1º Fórum das Águas Subterrâneas, nas dependências do Museu da Água em Indaiatuba/SP. O evento destacou a importância do engajamento municipal, da inclusão do tema nos planejamentos públicos e da promoção de debates técnicos e oficinas colaborativas; **c)** No dia 23 de abril de 2025, em São Paulo/SP ocorreu a primeira reunião do novo mandato do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH). Na ocasião, foram empossados os novos conselheiros, apresentados planos de trabalho da agência reguladora SP-Águas e aprovada a Deliberação CRH nº 297/2025, que trata do método de gestão do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas (PROGESTÃO); **d)** No dia 24 de abril de 2025 houve realização da primeira reunião do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas que destacou a importância da gestão integrada e participativa da água, bem como os desafios institucionais e a necessidade de ações urgentes para o fortalecimento do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos (SigRH); **e)** Entre os dias 5 e 9 de maio de 2025, os Comitês PCJ participaram do 2º Fórum Brasil das Águas. Foi registrado o agradecimento à equipe de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ pelo apoio à cobertura do evento. O Sr. Denis ressaltou que, além dos painéis principais, o Fórum contou com agendas paralelas voltadas a temas estratégicos para a gestão dos recursos hídricos. Dentre os destaques da programação, constaram discussões sobre os desafios da degradação do solo, escassez hídrica, agricultura regenerativa, irrigação, educação ambiental e comunicação, com participação ativa da delegação dos Comitês PCJ nas atividades técnicas e institucionais; **f)** Os Comitês PCJ foram indicados para reassumir a coordenação do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, após quatro anos sob responsabilidade do Comitê do Alto

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 59ª Reunião Extraordinária da CT-PL

Museu da Água – Indaiatuba/SP – 15/05/2025 – 9:30 horas

1025 Tietê. O Sr. Denis destacou que o retorno à coordenação ocorre em um momento estratégico de reestruturação do sistema de gestão de recursos hídricos do Estado de São Paulo, e colocou a Secretaria Executiva também à disposição do SP-Águas para apoio técnico e institucional. **15.2 da Fundação Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. Denis Herisson da Silva passou a palavra ao Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que

1030 cumprimentou os presentes e apresentou os seguintes informes: **a)** Foi realizada visita à Prefeitura de Louveira para tratar de contratos firmados no final de 2024. O objetivo foi orientar as atualizações documentais necessárias à efetivação do ajuste, que permanece sob

1035 cláusula suspensiva até a regularização; **b)** Em Jaguariúna, foi realizada reunião com o prefeito para apresentação de dois projetos voltados ao saneamento, totalizando investimentos próximos a R\$ 8 milhões; **c)** Em continuidade ao diálogo iniciado em encontro da

1040 Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), foi realizada reunião com representantes do município de Mogi Mirim, com foco em projetos locais de saneamento; **d)** Foram realizados esclarecimentos sobre o fluxo contínuo de análise de projetos, com destaque para os

1045 marcos de entrada (outubro, janeiro e março) e de indicação (março, julho e agosto), conforme deliberação vigente. Reforçou-se o caráter qualificatório da análise prévia conduzida pela Agência das Bacias PCJ, com o objetivo de aprimorar as propostas e reduzir a

1050 possibilidade de indeferimento junto ao FEHIDRO. Informou-se a disponibilidade de recursos significativos para 2025, o aumento de submissões até a data da reunião e a ampliação do valor destinado a ações

1055 financeáveis, como saneamento, combate a perdas e esgotamento sanitário para R\$ 20 milhões. **15.3 dos membros dos Comitês PCJ.** Na sequência, o Sr. Denis Herisson da Silva passou a palavra ao Sr. Flávio Forti

Stenico, representante do Consórcio PCJ, que cumprimentou os presentes e apresentou os seguintes

1060 informes: **a)** Foram emitidos alertas aos municípios associados sobre o início do período de estiagem nas Bacias PCJ, com base na redução significativa dos índices de chuva a partir de abril, mesmo com precipitações acima da média no referido mês. O

1065 Consórcio PCJ, em articulação com a Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), encaminhou materiais com orientações técnicas e modelos de decretos para apoio às prefeituras no enfrentamento da estiagem. Recomendou-se que os representantes da CT-

1070 MH relatem, nas próximas reuniões, o comportamento dos mananciais e rios, contribuindo para o acompanhamento do cenário hídrico regional, especialmente com o início da operação do período seco do Sistema Cantareira em junho, cujas vazões passam a

1075 ser deliberadas no âmbito CT-MH; **b)** Foi aprovada a retomada das obras da barragem do Ribeirão Pirai, localizada em Indaiatuba/SP, considerada um dos três principais reservatórios estratégicos das Bacias PCJ, ao lado dos de Amparo e Pedreira. O empreendimento,

1080 resultado de articulação entre o Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Indaiatuba (SAAE) e a Prefeitura de Indaiatuba, em conjunto com os municípios de Cabreúva, Salto e Itu, terá capacidade de regularização de até 1,3 m³/s. Estima-se que, somados, os três

1085 reservatórios proporcionarão um ganho de até 9 m³/s na disponibilidade hídrica da região. A medida está alinhada com o Plano das Bacias PCJ, que projeta, entre 2020 e 2035, um aumento de demanda da ordem de 10 m³/s. As obras contribuem para atender à ampliação do

1090 uso interno da bacia, mitigando os impactos do crescimento demográfico e das pressões sobre os mananciais. **16. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Denis Herisson da Silva agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a reunião.

DENIS HERISSON DA SILVA

Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
e Coordenador da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)